

Governo afasta 57 dos

■ Mesmo aposentado, o ex-secretário Astor de Mello pode perder o benefício

A Secretaria Estadual de Administração afastou ontem 57 funcionários públicos estaduais das suas



funções nos próximos 90 dias por envolvimento nas fraudes que causaram um rombo de R\$ 6 milhões aos cofres do Rio. O desvio de verbas foi comprovado há duas semanas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). As 36 empresas fornecedoras de material médico-cirúrgico e três empreiteiras que trabalharam para a Secretaria Estadual de Saúde em 1994 também estão proibidas de participar de licitações do governo até novembro.

Entre os 57 afastados, 14 são lotados na Secretaria de Saúde. Dos demais, 13 trabalhavam como médicos e os restantes eram funcionários administrativos dos 17 hospitais da rede estadual. Muitos dos afastados já eram aposentados, como o ex-secretário estadual de Saúde Astor de Mello. Estes poderão ter seus benefícios cassados após a comprovação definitiva da sua participação nas fraudes.

Defesas — As decisões foram tomadas pelo secretário estadual de Administração, Augusto Werneck, que abriu dois inquéritos: um para investigar o envolvimento de servidores do estado nas fraudes e outro para apurar as irregularidades cometidas pelas empresas. Dentro de dez dias, os envolvidos começarão a ser intimados pela secretaria e terão 90 dias para apresentar suas defesas a uma comissão de inquérito.

“Ao longo deste prazo, quem tiver participação comprovada nas fraudes será demitido do estado e ainda vai responder criminalmente por peculato e formação de quadrilha, no processo aberto pelo Ministério Público”, disse Wer-

neck. Já as empresas poderão receber declarações de inidoneidade do governo, ficando proibidas de participar de qualquer licitação oficial nos próximos cinco anos.

O afastamento dos funcionários baseou-se no relatório do TCE e no parecer de uma comissão de sindicância formada por um delegado, um procurador do estado, um defensor público e um assessor da Secretaria de Administração.

Impunidade — As medidas, porém, não atingem todos os 74 citados no relatório do TCE. Dezesseis deles não podem sofrer punições administrativas do estado porque são funcionários públicos municipais ou federais. Estão neste caso três médicos e cinco funcionários do Ministério da Saúde, um funcionário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, um do Departamento de Trânsito (Detran) e dois do próprio TCE. Os médicos são Carlos Vieira Sobrinho (ex-diretor do Hospital Albert Schweitzer), Ernesto Koeller Chaves (ex-diretor do Instituto de Cardiologia Aluisio de Castro) e Osvaldo Roberto Guimarães (funcionário do Hospital Azevedo Lima). “Estes passarão por inquérito do próprio Ministério da Saúde, que deverá fazer isso já na próxima semana”, explicou Paulo Roberto Ferreira Machado, subsecretário adjunto de recursos humanos da Secretaria de Saúde.

A Secretaria de Administração pretende investigar, em ações futuras, o envolvimento na máfia do superfaturamento e desvio de materiais de pessoas ligadas aos secretários de Saúde que antecederam a Astor de Mello. “Todos sabem que o esquema é anterior à última gestão. Mesmo que o primeiro escalão do último governo não soubesse o que se passava na sua própria Secretaria de Saúde, já se poderia comprovar uma omissão no mínimo perigosa”, disse Werneck.

DE fraudadores da Saúde